

**38º Encontro Anual da ANPOCS**

**GT36 SOCIOLOGIA DA ADOLESCÊNCIA E DA JUVENTUDE**

**Juventude, mídia e violência simbólica**

**Dalva Maria Borge de Lima Dias de Souza**

**Gardene Leão de Castro Mendes**

## Juventude, mídia e violência simbólica

Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza <sup>1</sup>  
Gardene Leão de Castro Mendes <sup>2</sup>

### Resumo

Este texto discute a estigmatização do jovem pobre feita pela mídia por meio do mito da periculosidade. Discute o papel dos meios de comunicação enquanto formadores de opinião e produtores de violência simbólica, como postula Bourdieu (1998). A ficção midiática contribui para desenvolver na população uma crescente crença neste imaginário. As pessoas passam, então, a reproduzir esse discurso que exerce a força da palavra, fazendo com que a violência seja considerada como algo comum e necessário para controlar jovens.

### A violência simbólica nos meios de comunicação de massa

Segundo Bourdieu (1997), em análise que pode ser estendida aos meios de comunicação de massa, a televisão expõe um grande perigo às diferentes esferas da produção cultural, à vida política e à democracia, por ser a principal propagadora de uma violência simbólica que defende os interesses de uma classe dominante, de forma invisível e imperceptível. Para o autor, a tela de televisão se tornou hoje um lugar de exibição narcísica, já que há uma ausência de interrogação por parte de quem participa do processo de produção de conteúdo, com o objetivo de se fazer ver e ser visto. Com a televisão e com os meios de comunicação de massa, pode-se atingir um grande público. Contudo, o sociólogo questiona: o que merece ser dito neste lugar?

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Sociologia. Membro do Núcleo de Estudos de Violência e Criminalidade da UFG. E-mail: dalvasouza@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Comunicação e Informação da UFG, Doutoranda em Sociologia. Membro do Núcleo de Estudos de Violência e Criminalidade da UFG. E-mail: [gardeneleao@gmail.com](mailto:gardeneleao@gmail.com).

Segundo o autor, nos meios de comunicação de massa, especialmente na televisão, há uma grande perda de autonomia durante o processo de produção da notícia, já que a limitação do tempo impõe ao discurso restrições e pouco pode ser dito de forma aprofundada, além das pressões econômicas ligadas aos proprietários dos monopólios e anunciantes de publicidade. Ao insistir em publicar notícias “vazias”, com nada ou quase nada que realmente tenha interesse público, os meios de comunicação afastam as informações pertinentes que o cidadão deveria possuir para exercer seus direitos democráticos.

Thompson (2007) confirma que vivemos hoje em um mundo em que a circulação generalizada de formas simbólicas, através da grande mídia, desempenha um papel fundamental e sempre crescente. Ao discutir o conceito de ideologia, ele refaz um percurso histórico da utilização do mesmo e apresenta a sua reformulação. Embora o autor não compartilhe a visão puramente instrumental da ideologia, como na tradição marxista, considera que ela está no centro das relações entre sentido e poder.

O sociólogo afirma que hoje vivemos um processo de “mediação” da cultura moderna. Portanto, o mundo atual é atravessado por redes institucionalizadas de comunicação em que as experiências das pessoas está cada vez mais mediada por sistemas de produção simbólica. Ele argumenta que a ideologia pode ser percebida como o sentido mobilizado pelas formas simbólicas que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação. Logo, com o desenvolvimento da comunicação de massa, os fenômenos ideológicos de dominação podem tornar-se fenômenos de massa, afetando, assim, um grande número de pessoas.

O autor relata que poucos conglomerados de comunicação detém todo o poder de produzir conteúdos mundialmente. Ele ainda afirma que, com os meios de comunicação de massa, o público vivencia um processo de “quase inteiração”: um tipo de inteiração que se dá quase que exclusivamente em uma só direção, dimensionada pelos produtores de notícias, propiciando poucas chances de resposta ou de diálogo com os receptores.

Portanto, através dos meios de comunicação de massa, ao invés de um poder autoritário, conquistado anteriormente por meio do uso da força e da

coerção, passa-se a viver um poder disperso, muitas vezes imperceptível, que é obtido através da aprovação da opinião pública.

Partindo do pressuposto de que grande parte dos meios de comunicação de massa produz uma violência simbólica, como argumenta Bourdieu (1997), Ramonet (2001) ilustra que alguns veículos de comunicação tentam produzir informações que favorecem os interesses de determinados grupos hegemônicos. Como as pessoas têm acesso ao que acontece no mundo por meio da mídia e, na maioria das vezes, essa é a sua principal fonte de informação sobre um determinado fato, o que sai nos meios é definido como a “verdade” e o que não é relatado acaba no anonimato ou não acontece aos olhos da opinião pública.

Sobre a produção da notícia, Bourdieu (1997) afirma que o índice de audiência exerce um efeito particular: a pressão da urgência e a concorrência pelo furo da notícia, para ser o primeiro a noticiar um acontecimento. Souza (2000) confirma os argumentos de Bourdieu. Convivendo com uma realidade de maior pressão e de competitividade, alguns veículos passaram a retratar os fatos por meio de enunciados superficiais para não perder o “furo da notícia”, isto é, divulgar um fato novo antes de outros veículos. Esta situação gera a veiculação de matérias sem profundidade e reflexão, fundamentadas na cultura do espetáculo. Diante desse cenário, fica claro que mídia e poder estão intimamente ligados na sociedade atual. A mídia é o lugar produtor da evidência e da “verdade”.

Como já apontado, os veículos de comunicação de massa, pressionados pelo tempo, pela concorrência e pela busca da audiência, acabam não favorecendo a reflexão e uma postura crítica da opinião pública, como apontam Bourdieu (1997), Ramonet (2001), Souza (2000) e Thompson (2007). A construção destes enunciados é movida por batalhas discursivas que são motivos de disputa e de controle por meio da violência simbólica.

## **A violência simbólica contra jovens pobres na mídia**

Ao atuar no plano da representação social, a mídia se consolida como formadora de opinião pública entre os diversos grupos sociais, utilizando-se de recursos discursivos para legitimar seus enunciados. Ao utilizar essas ferramentas, elaborando enunciados que supostamente representariam “a verdade”, o discurso midiático dá sustentação a representações sobre diversos atores sociais, dentre eles, a juventude.

Ao pensar como a mídia representa a juventude, existe um paradoxo: se o jovem em nossa cultura é naturalmente concebido como um potencial consumidor e como um padrão de beleza e de vigor a ser seguido; caso não consiga fazer valer tais características, ele é representado pelos veículos de comunicação de forma estigmatizada.

Ao não atender às expectativas do mundo adulto e do mercado de trabalho, caberá ao jovem pobre pagar um preço muito alto, tornando-se, assim, “aquele que não deu certo”, pois não conseguiu atender à demanda ideal do que se espera dele (aquele que consome, trabalha, estuda, é saudável etc.). Abramo e Leon (2005) relatam como estes estigmas são construídos e reforçados pelos meios de comunicação:

De forma geral, e grosso modo, pode-se notar uma divisão nestes dois diferentes modos de tematização dos jovens nos meios de comunicação. No caso dos produtos diretamente dirigidos a esse público, os temas normalmente são cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida e estilo de aparecimento, esporte, lazer. Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados aos “adultos”, no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos “problemas sociais”, como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas (p.25).

Porto (2009) afirma que, na democracia contemporânea, as mídias se constituem em um dos principais produtores de representações sociais, com função prática de orientação das condutas dos atores sociais. Segundo a autora, independente se um conteúdo noticiado pela mídia é falso ou verdadeiro, este passa a fazer parte do imaginário social, constituindo-se como “verdades”. Portanto, os meios de comunicação acabam assumindo para si a tarefa de explicar o mundo, produzindo significados.

Almeida *et al.* (2008) analisaram casos do jornal Correio Brasileiro e de três jornais pernambucanos, e afirmam que há nestas publicações uma representação do jovem desfavorecido, situando a pobreza como fator

explicativo da violência. As autoras afirmam que há uma recorrência de análises com clara referência à classe e origem social, decorrente uma imediata ligação entre pobreza e violência. Logo, uma característica seria consequência imediata da outra. Contudo, elas ressaltam que, na realidade, os dados comprovam que estes jovens e adolescentes são as principais vítimas da violência, e não o contrário.

Ramos e Paiva (2007), em pesquisa feita com repórteres e jornalistas em todas as regiões do Brasil, também afirmam que, ao construir uma rede de enunciados sobre os jovens moradores das periferias, a mídia promove uma violência simbólica a partir de um discurso que reforça sua representação como principais agentes da violência. Esta cobertura dá espaço somente aos assuntos relacionados à criminalidade e à violência, sendo que temáticas como a cultura, o esporte, a realidade cotidiana destes jovens, entre outras, são quase nunca abordadas por estes veículos.

Os autores ressaltam que esta recepção negativa aos veículos midiáticos está relacionada ao fato que os jornalistas, na grande maioria dos casos, utilizam como fonte as informações repassadas pela polícia. Segundo os dados apresentados na pesquisa, das notícias publicadas em grande parte dos jornais do país, um grande percentual (mais de 50%) apresenta como fonte uma pessoa ou instituição ligada a um batalhão da PM ou a uma delegacia da Polícia Civil. “Tal predominância tem como contraponto a ausência de outros importantes atores sociais, raramente nas páginas” (RAMOS e PAIVA, 2007, p.82).

Outro fator que caracteriza a cobertura enviesada da mídia, principalmente dos jornais sensacionalistas, é o tratamento diferenciado para jovens suspeitos pobres e ricos. Os depoimentos dos jornalistas entrevistados relatam que os jovens suspeitos de classe baixa encontram menos oportunidades de defesa do que os jovens das classes média e alta e chegam a ser obrigados a mostrar o rosto para os fotógrafos, sendo sentenciados pela autoria do crime antes mesmo de seu julgamento.

Para observar o funcionamento discursivo da violência simbólica que caracteriza o jovem pobre como violento, em Goiânia, Mendes (2007 e 2013) percebeu, em pesquisas feitas em dois jornais impressos (*O Popular e Daqui*) que a tendência destes veículos é a reprodução de um sentido que reforça a

criminalização da juventude das periferias. Os aspectos mais espetaculares e marginais de uma suposta “cultura juvenil” são os pontos de vista que prioritariamente interessam a estes jornais.

Nos seus enunciados são utilizadas estratégias discursivas por meio da nomeação de jovens com adjetivos que os criminalizam. Outra característica que pode ser observada nestas publicações é a penalização antecipada dos jovens enquanto culpados por um crime que ainda não foi julgado pelas autoridades oficiais. Estes jovens são condenados, sendo classificados como “bandidos”, “baderneiros”, “ficha suja” etc

Ao vincular os termos “adolescente” e “jovem” aos sentidos reproduzidos pelo termo “bandido”, os mesmos acabam se inscrevendo em uma representação sedimentada pelas instituições socializadoras que criaram um ideal do que é ser jovem e, conseqüentemente, acabaram julgando, condenando e até mesmo autorizando simbolicamente a excussão destes “bandidos” considerados “perigosos”. Para estas instituições, estes jovens estão à *margem* da sociedade, por isto são descartáveis. Como explica Kehl (2008):

Antes de mais nada, como já se notou, existe o viés social. De um lado existem jovens que ocasionalmente cometem atos delinquentes... Tentamos compreender: o que aconteceu? (psicólogos são chamados a justificar). E existem os outros, os que já são bandidos antes de chegar (quando chegam) diante do juiz. A execução sumária confirma, a posteriori, o veredicto que a imprensa divulga sem questionar: “A polícia matou 18 suspeitos”... “em confrontos com supostos bandidos”... Ninguém persegue o resultado das investigações sobre as tantas chacinas que caem no esquecimento. O que distingue uns dos outros é o número do CEP... Qualquer delegado de bom senso percebe na hora a diferença. Se a cor da pele confirmar o veredicto, melhor... (p.203).

Os enunciados destes jornais também parecem indicar, de forma sutil, um reforço à defesa da redução da maioridade penal, discussão que no Brasil vem sendo feita há anos e que a mídia defende se utilizando de estratégias muitas vezes implícitas para formar a opinião de seu espectador.

Para Silva (2010), o tema da redução da maioridade penal normalmente gera mais clamor público quando os meios de comunicação anunciam o envolvimento de adolescentes e jovens com crimes violentos, mesmo que de forma indireta. Nestes momentos, a mídia dissemina uma discussão que tende

a impulsionar o debate de políticas públicas imediatistas que não abordam a realidade vivenciada por estes adolescentes e jovens. Assim explica o autor:

A história revela que quando a mídia denuncia um crime praticado por sujeitos nesse período de desenvolvimento existe a tendência de um clamor por redução da maioridade, quase sempre desprovido de conhecimentos científicos e pesquisas, aspectos relevantes na tomada de decisões e elaboração de políticas públicas. Daí a crença de que é necessário reduzir a idade de imputabilidade penal para responsabilizar os menores infratores (SILVA, 2010, p.2).

Silva (2010) ainda argumenta que a mídia, ao priorizar as reportagens que retratam o jovem pobre exclusivamente enquanto autor da violência, atua inclusive questionando indiretamente as medidas socioeducativas propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>3</sup>:

Os que defendem a redução da maioridade penal acreditam que os adolescentes infratores não recebem a punição devida. Para eles, o Estatuto da Criança e do Adolescente é muito tolerante com os infratores e não intimida os que pretendem transgredir a lei (SILVA, 2010, p.21).

Percebe-se, ainda, que a principal fonte para a construção das notícias dos dois jornais impressos de Goiânia é a polícia. Este dado certifica a informação da pesquisa de Ramos e Paiva (2007) que investigou o perfil das notícias sobre jovens na mídia brasileira. Segundo as pesquisadoras, das matérias publicadas em grande parte dos jornais do país, mais de 50% apresentam como fonte uma pessoa ou instituição ligada a um batalhão da PM ou a uma delegacia da Polícia Civil.

Portanto, os sentidos reproduzidos na mídia não são aleatórios - eles são administrados, fazendo com que cresça na população a crença no mito da periculosidade da juventude empobrecida. Ribeiro e Lourenço (2003) ilustram o estigma da periculosidade vivenciado pelos jovens pobres:

Ao jovem naturalizado pelo desinvestimento social corresponde a ideia mais difundida de violência. Antigas imagens de rebeldia somam-se a novas representações sociais para construir uma reflexão estagnada do “ser jovem”, colaborando para ampliar as ameaças que cercam a juventude das classes populares. Para isso, nada melhor do que o uso de categorias “sem saída”, isto é, em relação às quais não há diálogo socialmente esperado e/ou exigido: terrorista, traficante etc. (LOURENÇO; RIBEIRO, 2003, p.46)

---

<sup>3</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente. Instituído pela lei 8.069, em 1990, regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, inspirado pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988.



## O jovem em destaque nas capas do *Daqui*

Ao analisar as notícias publicadas pelo *Daqui*, um fato chamou a atenção: além das matérias envolvendo a temática juventude e violência estarem presentes diariamente em todas as edições, foi possível constatar que a maioria delas recebeu um destaque considerável nas capas em que foram publicadas, como é possível perceber nas matérias: “Rotam mata rapaz que teria roubado caminhonete S-10” e “Com mais três mortes, já são 17 adolescentes assassinados” que seguem abaixo, destacadas por uma seta vermelha:



(Figura 1 - Capa do Jornal Daqui. 20 e 21/02/2010)



(Figura 2 - Capa do Jornal Daqui. 16/03/2010)

Como se pode verificar, as capas do *Daqui* deram um destaque substancial para as notícias envolvendo a temática da juventude e violência, apresentando chamadas em cores fortes (vermelho e azul), letras com tamanho grande, além de um posicionamento central na disposição dos textos, dos títulos e dos elementos gráficos/visuais das capas.

Outras manchetes envolvendo a temática, apesar de não serem o destaque principal, também receberam uma atenção considerável enquanto chamadas de capa, mesmo que colocadas em um espaço menor na diagramação, como no caso das notícias: “Cinco morrem assassinados” e “Polícia pega ladrões que roubaram Hillux e iriam para a farrá” que seguem abaixo, também destacadas no layout por uma seta vermelha:

A imagem tem um potencial comunicativo extraordinário, produzindo um grande impacto na formação do imaginário do público leitor. Segundo Kehl (2008), a violência deste impacto é que este imaginário passa a constituir a subjetividade dos sujeitos, não permitindo outro modo de significação que não seja o que está direcionado.

Além disso, as matérias com maior destaque nas capas das publicações possuem maiores chances de atrair a atenção do público leitor. Ler as manchetes realçadas visualmente nas capas, mesmo que apressadamente, sem ao menos comprar o jornal, é uma prática comum das pessoas para atualizar-se e para inteirar-se sobre os principais acontecimentos do dia, ainda que de forma superficial. Elementos como a cor, o tamanho do texto e o espaço recebidos nas capas produzem um processo de confiabilidade e traduzem a estratégia da manutenção de um determinado sentido que se quer reforçar ao fazer um destaque específico e não outro.

Como é possível perceber, os aspectos mais espetaculares e marginais de uma suposta “cultura juvenil” são os pontos de vista que prioritariamente interessam ao *Daqui*. Para Kehl (2008), o perigo do abuso das imagens de explicitação da violência, como as publicadas pelo *Daqui* é que esta violência é incluída nos termos da linguagem que compõe o senso de realidade normal e cotidiana da sociedade.

Esta espetacularização também produz, segundo a autora, alguns efeitos colaterais, como a elevação do patamar de tolerância emocional para com cenas violentas, além de produzir um fascínio inconsciente pelos atos violentos. Assim, a morte de jovens envolvidos com o crime ou com o uso de drogas passa a ser comum e rotineira para os vários setores da sociedade e para a mídia, como no caso do jornal *Daqui*, o que não causa estranhamento diante do extermínio cotidiano de jovens.

Segundo Bourdieu (1998), o poder da violência simbólica constrói ou reconstrói determinadas visões de mundo de acordo com interesses de uma classe social, como um poder quase mágico, impositivo e arbitrário. Este poder pode consagrar ou desqualificar um grupo. Portanto, ao analisar como a mídia desqualifica e constrói uma imagem estereotipada de jovens pobres, percebe-se que ela promove uma violência simbólica contra os mesmos, não sobrando outro tipo de representação sobre os mesmos.

Ao não aprofundar a discussão sobre a realidade de favelas e periferias das cidades, estes lugares são separados dos processos de exclusão social que lhes deram origem. Neste contexto, a grande mídia acaba reforçando a sedimentação de estereótipos, contribuindo para a criminalização da juventude que reside nestas localidades. O jovem passa a ser o “bandido”, o “perigoso”,

em enunciados construídos ideologicamente com o intuito de propagar uma representação social que confirma sua criminalização.

A sociedade passa, então, a reproduzir este discurso, sendo, muitas vezes, complacente com a situação de extermínio e de marginalização dos jovens das periferias urbanas. Assim, os enunciados produzidos por grande parte dos meios de comunicação brasileiros acabam cristalizando tais conclusões previamente construídas, estimulando o preconceito, a invisibilidade e a criminalização dos jovens.

### **Jovens pobres e o mito da periculosidade**

Coimbra e Nascimento (2003) argumentam que o aumento da taxa de homicídios entre jovens pobres está vinculado à violência simbólica que constrói o mito da periculosidade dos mesmos. Segundo as autoras, ao longo do século XX, o jovem morador das periferias urbanas tem sido caracterizado como perigoso, associando a ele elementos como a criminalidade e até mesmo a condição de não humanidade, o que justifica seu extermínio físico e simbólico.

Para as autoras, ao longo do século, diferentes dispositivos sociais vêm produzindo subjetividades, onde o “emprego fixo”, uma “família organizada” e o poder de consumo tornam-se padrões de reconhecimento, legitimação social e aceitação de jovens na sociedade. Ao fugir destes territórios modelares, o jovem pobre entra para a legião dos que são olhados com desconfiança, sendo evitado, afastado e até mesmo exterminado.

Porto (2010) afirma que é um risco associar, com exclusividade, a violência à pobreza, já que tal afirmativa exclui reflexões aprofundadas sobre as camadas desfavorecidas e sobre os imaginários sociais, que são produto e produtores de representações a violência.

Em outras palavras, ainda que se possa admitir que a violência venha apresentando um componente difuso, no sentido de que penetra a quase totalidade do tecido social, não é viável pensá-la como fenômeno singular, a ramificar-se anteriormente pelo conjunto social. Ao contrário, não existe violência, no singular, mas violências, cujas raízes são múltiplas e cuja identificação é complexa, portanto,

qualquer tentativa explicativa e de conceituação tem que, de forma compulsória considerar tal multiplicidade. Não sendo singular, mas plural, a violência não pode ser sistematicamente identificada a uma única classe, segmento ou grupo social... Entretanto, associar, com exclusividade, à violência à pobreza, à desigualdade, à marginalidade, à segregação espacial, etc., pode levar a desvendar apenas uma parte, importante, mas insuficiente, da explicação sociológica do fenômeno, já que exclui manifestações de violência, protagonizadas e sofridas pelas camadas mais favorecidas da população assim como exclui, também, fenômenos que povoam o imaginário social, produtor e produto de representações sociais da violência (PORTO, 2010, p.14).

No Brasil, a violência urbana desencadeada pelo processo de modernização acelerado e pela introdução do tráfico de drogas nas grandes cidades criou uma insegurança real e um sentimento de insegurança em adultos e jovens, modificando as relações sociais.

No plano subjetivo, a violência urbana é percebida por um sentimento de insegurança generalizado que se expressa nas inúmeras precauções que as pessoas tomam ao se movimentarem pelas ruas das cidades, ao se refugiarem em seus lares, transformando as diferenciações sociais em separações físicas e simbólicas, dificultando a sociabilidade e a integração. O medo cria a demanda por mais punição e o alvo é o jovem pobre da periferia.

Ao analisar a violência urbana na região metropolitana de Goiânia, Souza e Rabelo (2011) confirmam que há na população da cidade, um sentimento generalizado e difuso de insegurança, provocado pelos efeitos reais ou imaginários da violência urbana. Este sentimento traz graves consequências: uma mudança na configuração do espaço urbano da cidade, com condomínios e residências que presam pela segurança como prioridade. Os autores também relatam que não existe relação direta entre o grau de vitimização e o desenvolvimento do sentimento de insegurança. Segundo eles, a busca por segurança e o medo do crime, mais do que a violência objetiva, cria o diferente - uma classe baixa, que deve ser evitada. Portanto:

...o outro que deve ser evitado é aquele que não vive no mesmo bairro, que não tem acesso às mesmas instituições e que não exhibe os mesmos sinais exteriores de aparência. Os resultados encontrados nesta pesquisa confirmam essa tese. Ficou manifesta a tendência de atribuir a violência a um outro imaginário, estereotipado como estranho, suspeito, perigoso, os mais pobres, os habitantes da periferia. E na fala dos entrevistados, periferia nunca é o lugar onde a própria pessoa mora: a periferia é sempre um lugar mais distante... (SOUZA e RABELO, 2011, p.26)

Vale lembrar, como argumenta Souza (2012), que as representações da violência em Goiânia trazem como consequência uma segregação socioespacial onde o poder público, articulado com os interesses do mercado imobiliário, remove as áreas pobres dos locais que possuem interesse de especulação imobiliária para além da área urbanizada da cidade, contribuindo para a visível separação espacial entre pobres e ricos e para a extensão das áreas periféricas.

Fratarri (2011) confirma que o sentimento de insegurança em Goiânia cria um espaço no qual as diferenças tendem a ser cada vez mais ameaçadoras, o que contribuiu para reforçar os processos de segregação social. Segundo a autora, o medo da violência parece colaborar com a produção representações estereotipadas de um sujeito “produtor da violência”. Assim, os jovens e moradores das áreas pobres sofrem as consequências de uma violência simbólica, invisível, sendo eleitos indiscriminadamente como criminosos.

Com estes argumentos é possível perceber que o conceito de violência simbólica de Bourdieu (1998) se aplica na vinculação de uma representação midiática e social que associa o jovem pobre ao mito da periculosidade, defendendo interesses de um grupo hegemônico. Este poder, como argumenta o autor, é impositivo, arbitrário e equivale ao que é obtido pela força física e econômica.

Portanto, como apontado pelos autores citados, há a construção de uma representação que vincula a imagem do jovem pobre como criminoso ou violento. A consequência desta representação é a adoção de medidas punitivas contra estes jovens pobres. Souza e Rabelo (2008) relatam as consequências da demanda por maior repressão entre policiais de Goiânia, especialmente quando se trata do extermínio de jovens pobres, do sexo masculino, com idade entre 15 a 29 anos:

Essas conclusões não podem deixar de considerar que faça parte da estratégia policial que setores envolvidos com o policiamento ostensivo e com o combate à criminalidade violenta não pratiquem a tolerância zero. Mais do que isso, a polícia militar tem sido acusada de formar grupos de extermínio de detentos do regime semi-aberto do sistema prisional goiano e da morte de jovens usuários de drogas. Levantamento feito por um jornal local registrou que nas duas varas criminais da justiça comum do Estado de Goiás, no período de 2006 até setembro de 2008, 316 policiais militares foram acusados de matar 178 pessoas em Goiânia. Dos homicídios registrados na polícia

civil em 2007, 7% têm por motivação “confronto” com policiais militares. A Ouvidoria-Geral da Polícia Militar encaminhou ao Ministério Público relatório acatando a consistência de 15 denúncias de execução presos do regime semi-aberto por policiais militares em 2007.

Informações sobre mortalidade por homicídios do DATASUS para 2005 mostram que em Goiânia, 66% das vítimas estavam na faixa etária de 15 a 29 anos. Durante o ano de 2007 181 jovens com até 30 anos foram assassinados em Goiânia, 57% do total de vítimas de homicídio. Nos primeiros seis meses de 2008, já morreram 131 jovens, mantendo-se o mesmo percentual (SOUZA e RABELO, 2008, p.20).

A consequência desta representação é o extermínio de jovens pobres, através da banalização da violência contra os mesmos. Esta violência, legitimada pelo estado, passa a não ser questionada pela sociedade que, ao ver na mídia notícias envolvendo confrontos entre policiais e jovens, acaba por não questionar esta realidade. Todos os dias estes jovens têm suas mortes estampadas nas manchetes dos jornais locais, sem que haja um posicionamento ou cobrança por mudanças por grande parte da sociedade.

Segundo Soares (2004) as instituições que dirigem a sociedade justificam a adoção do aumento da violência contra a juventude empobrecida através de medidas “preventivas” que vitimizam ainda os jovens moradores das periferias urbanas. Para ele, estas instituições erram brutalmente quando enviam os jovens infratores para cumprirem medidas “socioeducativas” que, de fato, oferecem condições degradantes para uma falsa “reabilitação”, condenando-os a uma morte simbólica e moral:

Pois é aí que as instituições que dirigem a sociedade metem os pés pelas mãos. Quando seria necessário reforçar auto-estima dos jovens transgressores no processo de sua recuperação e mudança, as instituições jurídico-políticas os encaminham na direção contrária: punem, humilham e dizem a eles: “Vocês são o lixo da humanidade”. É isso que lhes é dito quando são enviados às instituições ‘socioeducativas’, que não merecem o nome que têm - o nome mais parece uma ironia. As instituições os condenam à morte simbólica e moral, na medida em que matam seu futuro, eliminando as chances de acolhimento, revalorização, mudança e recomeço... (SOARES, 2004, p.145).

Como é possível perceber, as representações produzidas pela mídia e pelas diversas instituições acabam por consolidar “verdades” sobre os jovens pobres, que sofrem as consequências de uma violência física e simbólica, aumentando sua invisibilidade e os definindo como perigosos e autores da violência.

## Considerações Finais

Ao mesmo tempo em que a mídia sensacionalista produz uma violência simbólica que reforça o mito da periculosidade de jovens pobres, a realidade mostra dados que atestam o contrário do que é divulgado pelos veículos de comunicação. Conforme já apontado pela pesquisa “Mapas da Violência”, coordenada por Waiselfisz (2014), os jovens pobres, negros e moradores das periferias comparecem muito mais como vítimas da violência do que como autores de crimes. Estes jovens estão sendo exterminados fisicamente e simbolicamente todos os dias e sua morte se torna comum e rotineira aos olhos da sociedade.

Neste contexto, surgem grupos de extermínio que são autorizados a executar jovens em todo o país, sem que haja contestação da sociedade diante de vários crimes cometidos contra jovens. Ao contrário das várias notícias que criminalizam os jovens, no início de 2011, surge, em Goiás, uma denúncia da efetivação de grupos de extermínio formados por policiais militares que executaram vários jovens sem que houvesse comoção pública. Apenas após a denúncia sistemática de entidades de direitos humanos, de movimentos sociais e de familiares ligados a jovens que foram executados durante mais de 10 anos no Estado é que houve uma denúncia pública da existência de grupos de extermínio formados por policiais no Estado, conforme divulgado pelo *O Popular*.

Na Polícia Militar (PM) não são incomuns os elogios formais a policiais que matam em ocorrências - nem mesmo naqueles casos em que a morte se dá em circunstâncias obscuras, de difícil apuração de responsabilidades. A Operação Sexto Mandamento da Polícia Federal, que prendeu 19 militares acusados de integrar grupos de extermínio em atuação há mais de dez anos em Goiás, revelou que a alegação "morte em confronto", tão utilizada em relatórios da PM, se tornou um eficiente artifício para justificar execuções sumárias durante ação policial... O louvor à violência, presente em algumas sindicâncias, dificulta ainda mais o trabalho de apuração de responsabilidades e reproduz uma cultura que muitas vezes beneficia o policial truculento, em detrimento daquele que utiliza expediente de uso gradual da força, segundo a necessidade... 50 pessoas foram mortas em supostos confrontos com a polícia no ano passado em Goiânia. Quase o dobro de 2009 quando 27 pessoas morreram nas mesmas circunstâncias... Existem sindicâncias que enaltecem e indicam promoções a policiais envolvidos em ocorrências com



mortes, muitas vezes desprovidas de provas suficientes para sequer inocentar esses policiais... (AQUINO, 2011, p.10).

Segundo a denúncia, existem sindicâncias na polícia que enaltecem e indicam promoções a policiais envolvidos em ocorrências com mortes. Em gravação divulgada pelo jornal, um policial afirma "Eu mato. Eu mato por prazer e satisfação (...). Eu nunca irei mudar... Um pouquinho de sangue na farda, né chefe, sem novidade, comandante". (AQUINO, 2011, p.10). Os diálogos da gravação divulgada na reportagem ainda sugerem que membros do Executivo e do alto comando da PM favorecem e acobertam este tipo de atuação. E a sociedade permanece calada diante da execução sumária de jovens pobres, negros e moradores das periferias urbanas que são criminalizados sistematicamente pela mídia sensacionalista através de sua representação vinculada ao mito da periculosidade.

Ciente da importância da mídia enquanto formadora de opinião, como relatam Bourdieu (1997), Thompson (2007), Ramonet (2001), é imprescindível refletir sobre a forma como a juventude, principalmente das camadas populares, é retratada nestes enunciados. Conforme já relatado, esta violência simbólica perpassa cotidianamente o imaginário de seu público leitor, reforçando a construção de estereótipos sobre os jovens pobres, sempre vistos como autores da violência.

Portanto, por meio da ficção midiática, há na população uma crescente crença nesta violência simbólica que reforça o estereótipo de jovens pobres como criminosos. A violência simbólica produzida pela mídia acaba cristalizando tais conclusões previamente construídas, estimulando o preconceito, a invisibilidade e a caracterização da juventude como problema e autora da violência.

## Referências

ABRAMO, H; LEÓN, O; FREITAS, M. **Juventude e adolescência no Brasil: Referências Conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ALMEIDA, A; ALMEIDA, A; SANTOS, M, PORTO, M. Juventude na mídia: violência e distinção social. **Educação e Cidadania**, (2008), 1-16.

AQUINO, M. Militares matam e recebem elogios. **O Popular**, p.10, 28 fev. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_, Pierre. A Metamorfose dos gostos. In: **Questões da sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

\_\_\_\_\_, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo:. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**, São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 46-82.

\_\_\_\_\_, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_, Pierre. Violência Simbólica e Lutas Políticas. In: **Meditações Pascalinas**. Tradução Serigo Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COIMBRA, C; NASCIMENTO, M. Jovens pobres: o mito da periculosidade. *In*: FRAGA, P; IULIANELLI, J. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRATARRI, Najla. Discursos e representações do medo da violência na cidade de Goiânia. *In*: SOUZA, Dalva. (Org.). **Violência urbana em Goiás**. Práticas e Representações. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011. p.79-113.

\_\_\_\_\_. Sentimento de Insegurança na Cidade de Goiânia. *In*: SOUZA, Dalva. (Org.). **Violência urbana em Goiás**. Práticas e Representações. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011. p.31-51.

KEHL, Maria R. **A fratria órfã**: conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho D'água, 2008.

MENDES, Gardene. **As abordagens do Jornal O Popular sobre a violência policial contra jovens de Goiânia no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006**. Monografia (Pós-Graduação em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo, FAJE), Goiânia, 2007.

\_\_\_\_\_. **Criminalização da juventude na mídia impressa goiana**. O caso do Jornal *Daqui*. São Paulo: Editora Ixtlan, 2013.

PEDROSA, Jasson M. **Violência, mídia e juventude**: análise sobre o discurso adotado pelo jornalismo impresso sobre a realidade violenta de jovens da periferia da cidade do Natal, Natal, 2008. Dissertação (Mestrado - Ciências Sociais), UFRN.

PORTO, Maria S. *Mídia, segurança pública e representações sociais*. **Revista Tempo Social**, São Paulo: Usp, Departamento de Sociologia, v.21, n.2, 2009, p.211-233.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Violência**. Do conceito às representações. Brasília: Verbana Editora. 2010.

RAMOS, S; PAIVA, A. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Flávia. **Não dá mais para assistir ao extermínio de jovens!**  
Disponível em: <<http://redehumanizausus.net/10850-nao-da-mais-pra-assistir-o-extermio-dos-nossos-jovens>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

SILVA, Iuri. *Redução da maioria penal frente ao estatuto da criança e do adolescente*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 07 fev. 2010.